

Conexões Santa Marta Industria e Comércio Ltda
Galvanização A fogo



À

Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM

D.D. Presidente do COPAM

Av. Prudente de Moraes, 1671 – Térreo – Bairro Santa Luzia

CEP. 30.380.000 – Belo Horizonte – Minas Gerais

DEFESA CONTRA O AUTO DE INFRAÇÃO Nº 001392/2004.

CONEXÕES SANTA MARTA LTDA, sediada na av. Beira Rio. Km 02 – Distrito Industrial no Município de Santa Luzia, por meio de seus representantes, vem expor e no final requerer o seguinte:

- Que a **SANTA MARTA** sempre pautou pelo respeito às exigências expedidas pelo poder público;
- Que nem de longe, a empresa, pretendeu desrespeitar qualquer Norma Ambiental e não teve a deliberada intenção de descumprir qualquer obrigação legal. Pelo contrário, a **SANTA MARTA** sempre teve o compromisso de não querer causar danos ao meio ambiente, bem como ao patrimônio público;



- Que a empresa mantém em operação regularmente uma Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários e outra Estação de Tratamento dos Seus Efluentes Líquidos Industriais, e mantém depósito temporário para o acondicionamento de forma apropriada dos seus resíduos sólidos industriais, e posteriormente cuidando da sua disposição final adequada. A empresa desenvolve suas operações sempre prevenindo potenciais danos ao meio ambiente, mantendo adequadas suas instalações industriais;
- Que a empresa já obteve a Licença Ambiental junto a FEAM/COPAM do seu estabelecimento industrial, conforme certificado LO Nº. 120 de 12/03/2002;
- Que após a obtenção de sua licença ambiental, visando garantir continuidade de uma conduta ambientalmente responsável, minimizando e controlando os riscos ambientais inerentes as suas atividades, a empresa criou um Sistema de Gestão Ambiental – SGA, que vem conduzindo todas as suas atividades de preservação ambiental;
- Que logo em seguida à obtenção da sua licença ambiental a empresa constituiu um corpo técnico, composto por vários funcionários incluindo um Profissional Químico, com registro no Conselho de Química e um Técnico de Segurança do Trabalho com registro no Ministério do Trabalho e Emprego, e mantêm implantadas ações, e em desenvolvimento o PPRA – Programa de prevenção de Riscos Ambientais, visando sempre preservar a integridade física, a segurança e a saúde de seus colaboradores internos, e um bom relacionamento com a vizinhança;
- Que a **SANTA MARTA**, ficou surpresa, quando tomou conhecimento da emissão de Auto de Infração, visto que a empresa nem sequer foi advertida, por questões relativas a não estar integrando na Íntegra os resultados de monitoramento constantes no Anexo I das condicionantes, e quanto a não apresentação regularmente a planilha contida no Anexo II da LOC;
- Que a empresa imediatamente reuniu o seu corpo técnico, contratando empresa especializada no âmbito da engenharia ambiental e tomou as providências necessárias para solucionar a irregularidade, de ordem administrativa, tendo já organizado os documentos para envio a FEAM, se comprometendo a doravante não deixar de enviar nenhuma planilha, laudo ou documento necessário ao bom andamento das suas condicionantes ambientais;

- 09
- Que quanto à fixação da penalidade, os parâmetros se encontram no art. 6º da Lei 9.605/98, aplicável ao caso, consoante disposto na DN 27/COPAM e na Nota Técnica nº 02/2002/FEAM de lavra do eminente juriconsultor **Dr. Joaquim Martins da Silva Filho**, comprove-se, verbis:

"No entanto, é preciso estar atento para a intenção da norma que não é outra senão, organizar a aplicação das penalidades, estabelecendo as diversas instâncias dentro do sistema do COPAM dois critérios fundamentais: o primeiro é levar em conta a situação econômico-financeira do infrator, seguido o modelo do artigo 6 da Lei Federal N 9.605 de 12 de fevereiro de 1998; o segundo é fixar o critério único na aplicação das penalidades, evitando-se, com isso, a falta de isonomia nas decisões das Câmaras Especializadas e dos de órgãos de apoio"

Na mesma Nota Técnica, o renomado chefe da Assessoria Jurídica da FEAM, **Dr. Joaquim Martins da Silva Filho**, consignou que a necessidade de penalidade de advertência, antes de aplicação de uma multa, somente incide quando presente está a questão do dever de indenizar os danos ocorridos. No caso, não houve danos ambientais, sendo necessário somente aplicar penalidade de caráter educativo, ou outra alternativa que se faça necessária.

- Que além do mais, a **SANTA MARTA** tem saldo ambiental positivo, uma vez que recolhe imposto para o Município de Santa Luzia, para o Estado de Minas Gerais e a União de forma regular. Ademais, contribui com a sociedade gerando muitos empregos diretos e indiretos.
- Que levando em consideração esta realidade e todas as medidas que a empresa vem adotando para a preservação do meio ambiente, faz-se necessária motivação para que este comportamento seja mantido continuamente.

Diante do exposto, ficou comprovado que a falha foi de ordem administrativa, sem consequências danosas para o meio ambiente, e que a empresa se compromete a corrigir tal distorção. A autuada sofrerá danos irreparáveis caso seja considerada a necessidade de aplicação de multa.



Portanto, pede-se a nulidade deste auto de infração.

Termos em que,

Pede deferimento.

Santa Luzia, 22 de junho de 2004.

Márcio Antônio Martins
Conexões Santa Marta Indústria e Comércio Ltda.

Agenor Antônio e Silva
AAS - Engenharia Ambiental e de Segurança Ltda.

ANEXO:

- Cópia xerográfica da Licença Ambiental Certificado LO Nº. 120 de 12 de março de 2002;